

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A IMPORTÂNCIA DO PROJETO ESCOLA ZÉ PEÃO

Ana Rita Lima da Silva Justino; Lucivânia Hermano Silva Santos; Samara Lima da Silva Souza Gomes; Vivia Melo (Orientadora)

Universidade Federal da Paraíba (anajustino1997@gmail.com; lucivaniahermano@gmail.com; samaralimaprof@gmail.com)

RESUMO: Este trabalho tem por proposta inicial, demonstrar as contribuições do Projeto Escola Zé Peão para formação de alunos/estudantes das licenciaturas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Para o levantamento e abordagem de dados, recorreremos em primeira instância a pesquisa bibliográfica baseado na obra do autor Eduardo Jorge Lopes da Silva (2015), fundamentado principalmente em uma entrevista com um dos idealizadores do Projeto Escola Zé Peão, o qual nos proporcionou um clareamento sobre o funcionamento e atuação do projeto no canteiro de obras, da indústria da construção civil. O presente trabalho divide-se em: explicitar o Projeto Zé Peão; a importância das práticas político-pedagógicas para a construção do projeto; e as vivências e experiências de educadores que fizeram parte do projeto; e, as práticas formativas idealizadas pelo PEZP. Portanto, pretende-se provocar uma reflexão do valor que o projeto agrega, não só no processo de alfabetização do operário, mas a formação acadêmica de alunos graduandos das licenciaturas.

Palavras-Chave: Educação de jovens e adultos. Projeto Zé Peão. Formação docente.

1 INTRODUÇÃO

O Projeto Escola Zé Peão é uma das formas de extensão que o Centro de Educação, na Universidade Federal da Paraíba (Campus I), encontra para oportunizar e contribuir tanto na formação docente dos graduandos das diversas licenciaturas, como também auxiliar no processo de alfabetização dos trabalhadores da construção civil, tendo em vista minimizar os índices de analfabetismo, no município.

Deste modo, o presente trabalho torna-se relevante, pois apresenta relatos de experiências e embasamento teórico que contribuirá significativamente na formação de futuros docentes. Para tanto, abordaremos como se efetivou a alfabetização de operários da construção civil, em João Pessoa, na capital da Paraíba. Para Tanto, explicitar-se-á a dificuldade do acesso à educação de jovens e adultos no Brasil e as relevantes contribuições do Projeto Zé peão para esta modalidade, juntamente com os vínculos que o Projeto conseguiu em parcerias unificadas com o Sindicato, a Prefeitura Municipal de João Pessoa, bem como entidades nacionais e estrangeiras, para que o PEZP alcançasse êxito em relação ao ensino/aprendizagem dos educandos, como as dos professores alfabetizadores.

Como ponto inicial faremos uma pequena colocação, para compreendermos quais a necessidades em ofertar a educação de jovens e adultos no Brasil, durante o período do Estado Novo e da Nova República. E a partir daí, explicitar-se-á alguns questionamentos: Como e onde surgiu a ideia do Projeto Escola Zé Peão? Quais as necessidades analisadas e quais

dificuldades em implantar o PEZP, no município de João Pessoa? Como foi pensado o Projeto Político-Pedagógico desta “escola”? Quais suas contribuições para os alunos de cursos de licenciaturas da Universidade Federal da Paraíba? Como se dá o ingresso desses alunos dentro do Projeto? Entre outras indagações, que nos permite aprofundarmos ainda mais neste assunto. Vale ressaltar que para preservar a identidade do autor entrevistado, um dos idealizadores deste projeto, o chamaremos apenas de *Professor*.

2 INTRODUÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTO NO BRASIL

Para entender o processo de introdução da educação de jovens e adultos, precisamos compreender alguns fatos ocorridos na educação brasileira, principalmente com relação à política do Estado Novo, até então, ganhar intensidade com a Nova República.

A Carta Constitucional de 1934 destaca no Artigo 150, alguns pontos importantes para a melhoria e funcionamento da educação, na qual a define como direito de todos e menciona pela primeira vez a Educação de adultos. Dentre estes destaca que: “a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensiva aos adultos; b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de torná-lo acessível”.

A educação que até então se propõem para os adultos neste artigo, da Constituição de 1934, era o ensino primário integral obrigatório e gratuito, mesmo que fosse ofertado de maneira precária, este foi o pontapé inicial na construção de ideias que se propunha pôr em prática na História da Educação brasileira, no que previa um método diferenciado para o ensino dos adultos.

Logo após a revolução de 1930, na qual caracterizou-se num golpe de estado em que Getúlio Vargas assumiu a presidência e pôs fim a Primeira República, deu início a um novo ideário político, chamado de Estado Novo, que proporcionou várias modificações principalmente no campo educacional, proporcionando uma retrocesso para o ensino público. Vejamos a contribuição do autor Ghiraldelli (1992),

O Estado Novo se desincumbiu da educação pública através de sua legislação máxima, assumindo apenas o papel de subsidiário. O ordenamento relativamente progressista alcançado em 34, quando a letra da lei determinava a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desabrigou o Estado de manter e expandir o ensino público (GHIRALDELLI, p. 81).

Assim, durante o Estado novo quase não existiu avanços no campo educacional, especificamente, quando se fala em educação de jovens e adultos, o que lhes restava era apenas uma educação técnica profissional.

É apenas no fim da década de 1940, início da década de 1950, com a entrada de novos ideários políticos e grande movimentação popular que a educação de adultos ganha forças, juntamente com as políticas educacionais, desta maneira, recebe maior atenção na lista de prioridades do país.

O Estado brasileiro, a partir de 1940, aumentou suas atribuições e responsabilidades em relação à educação de adolescentes e adultos. Após uma atuação fragmentária, localizada e ineficaz durante todo o período colonial, Império e Primeira República, ganhou corpo uma política nacional, com verbas vinculadas à atuação estratégica em todo o território nacional (HADDAD E DI PIERRO, 2000. p.111).

Percebemos na citação supracitada que nem sempre atribuiu-se valor ou importância à Educação de Jovens e Adultos (EJA), e que, a mesma foi alvo de descaso e discriminação, destinando o foco do ensino apenas para o campo do trabalho. No entanto, a partir da década de 1950, que foram criados alguns órgãos com intuito de trazer melhorias para o ensino das camadas populares, o (ISEB), o (MEB), os (CPCs) e os (MPCs).

Diante desta trajetória educacional, no qual o ensino de jovens e adultos percorreu, em João Pessoa surgiu à iniciativa de operários da construção civil com a urgência de alfabetização, bem como, o aprimoramento de seus conhecimentos. Portanto, viu-se a necessidade de parcerias para que esta ideia, de fato, se efetivasse, nasce assim o “Projeto Escola Zé Peão”, no qual resultou-se da união entre a Universidade Federal da Paraíba e o Sindicato de Trabalhadores da Construção Civil (SINTRICON).

3 Projeto Escola Zé Peão

De acordo com *Professor* (2017), a criação do Projeto Escola Zé Peão ocorreu diante da parceria do operário Paulo Jorge com a direção do Sindicato de Trabalhadores da Construção Civil (SINTRICOM), no qual observou a necessidade dos operários em ler panfletos, assinarem seus nomes em contratos e contra-cheques, dificultando até mesmo a comunicação visual entre eles, através de avisos nos murais, concluindo um alto índice de analfabetos ali presente.

O Projeto tem parte de suas raízes fincadas em políticas sindicais do grupo de trabalhadores que, em 1986, assumiu a gestão do mencionado sindicato (SINTRICOM), após lutas internas travadas contra o surrado sindicalismo de correia, até então marcante na entidade (OLIVEIRA, 1992 apud SILVA, 2015, p.17).

Ao assumir a gestão do sindicato, o operário Paulo teve que enfrentar grandes embates e discussões por parte do sindicalismo, pela finalidade de implementar o “Projeto Escola Zé Peão”. Materializando-se este projeto no ano de 1991, o PEZP tem uma ação alfabetizadora, na qual eleva o nível de escolaridade de operários na indústria da construção civil, dentro do

canteiro de obras, porque a maioria destes trabalhadores era de origem do interior do estado, o que tornava acessível o encontro dentro do canteiro de obras de segunda-feira à quinta-feira, e passassem o final de semana juntos com suas respectivas famílias.

Este Projeto também teve a participação da Universidade Federal da Paraíba, pois dentro dela se encontrou “um grupo de professores da Pós-Graduação (PPGE) que buscou desenvolver práticas com a Universidade, para uma formação de educadores de adultos, [...] até então esta disciplina era optativa” (PROFESSOR, 2017).

Observamos que diante do espaço acadêmico houve a carência de ampliar a área de pesquisa relacionada à educação de jovens e adultos, dessa forma, optaram por trazer a proposta do SINTRICOM e unir-se com as necessidades da academia, trazendo uma nova sugestão para a formação de professores alfabetizadores, no qual pretendia abranger alunos de diversos cursos.

Diversas pessoas passaram pelo projeto, a oferta de vagas atravessava variados cursos, entre eles: Engenharia Civil, Pedagogia, Letras, Ciências Biológicas, Matemática, entre outros. Segundo **Professor** (2017), “o Projeto recebeu recursos financeiros por parte do SINTRICOM, da UFPB, de Organizações Não-Governamentais (Ongs) tanto nacionais quanto internacionais, entre outros”. Portanto, este foi o início do projeto inovador, que buscou correlacionar a teoria das pesquisas científicas ao cotidiano de trabalhadores, que em determinado momento, foram impedidos de dar continuidade para seus estudos.

3.1 A importância do Projeto Político Pedagógico imerso nas práticas do PEZP

Segundo Veiga (apud SILVA, 2015), é preciso encontrar no Projeto Político-Pedagógico (PPP) o delineamento das estratégias que serão necessárias para que seja colocadas em prática os processos de ensino, de maneira que venha abranger todos os participantes, de forma intencional, para que então possa sair do plano da burocracia e adentre ao engajamento político no qual a escola está comprometida, objetivando em formar cidadãos para um corpo social.

Deste PPP depende o norteamento que a escola seguirá, pois o mesmo pode ressaltar a educação tradicional ou pode ir além, arriscando-se a buscar novas formas de educação, no qual tanto os educadores como educandos possam ser os verdadeiros protagonistas deste processo de ensino/aprendizagem.

De acordo com Veiga (apud SILVA, 2015, p.37), é primordial que o projeto possa ser claro e compreensível, no que refere-se aos objetivos e finalidades que a escola almeja alcançar. Quais os caminhos serão delimitados, como também os meios utilizados para a

conquista desses objetivos, além da clareza, faz-se necessária que essa diferença entre os caminhos e finalidades esteja totalmente explícita.

No entanto, para Resende (apud SILVA, 2015, p.37) é contido no PPP a identidade da escola, juntamente com suas intenções e as explicitações de seus compromissos, pois além de nortear as práticas, através dos princípios que dirigem a escola, ele também auxilia ao relatar a proposta pensada para aquela instituição.

Segundo Silva (2015), a partir das experiências vividas nos primeiros três anos de duração do Projeto (1991-1993) foram constituídos três princípios básicos norteadores, no qual revela a perspectiva de mundo, de homem e da sociedade em que estão inseridos, além da visão da educação e as ideologias que norteiam todas as práticas que o Projeto possui. Vale salientá-los: *o Princípio da Contextualização, o Princípio da Significação Operativa, e o Princípio da Especificidade Escolar*. Estes princípios estão voltados para o compromisso com os operários-alunos, no que diz respeito à sua historicidade, a realidade na qual estão inseridos, preocupando-se em uma sistematização de forma compreensível, e mesmo sendo alternativa, não deixa de lado o compromisso com o ensino da leitura, da matemática, da escrita.

Tendo em vista esta concepção do PPP, Silva (2015) também declara que, essencialmente o Projeto é uma escola, e mais do que a função social de ensinar a ler e a escrever, ela tem por objetivo desenvolver e trabalhar com saberes escolares, ao mesmo tempo em que afirma que através destes princípios é possível emitir a metodologia trabalhada desde o início até a atualidade. Assim sendo, Silva (2015) continua, afirmando que o educando se integra como parte fundamental do processo educativo, pois o mesmo é visto como sujeito protagonista deste processo.

3.2 As contribuições do PEZP para a formação de professores alfabetizadores direcionados para a EJA

Por se constituir em espaços que proporcionam a prática do magistério, o Projeto torna suas contribuições de maneira relevante na formação de alunos de licenciaturas diversas, direcionados para a perspectiva da Educação Popular. Por conseguinte, os alunos vinculam as teorias e as ações práticas, associando reflexão, planejamento, avaliação dos processos educativos, autoavaliação, sistematização de experiências, todas essas direções voltadas para aumentar os conhecimentos e práticas da formação inicial destes licenciados.

Desta maneira, a proposta político pedagógica do Projeto Escola Zé Peão demonstra o cuidado em relação à formação do professor alfabetizador, sendo aplicados vários recursos para se desenvolver as práticas nos canteiros de obras, entre elas estão às discussões/reflexões

individuais e coletivas, na qual o professor tinham encontros com coordenadores individualmente ou com o grupo, para discutir assuntos relacionados às questões sobre a aprendizagem dos alunos e seu progresso, ou as dificuldades que o professor apresentava em inserir o conteúdo.

As discussões individuais têm por objetivo sanar dificuldades específicas. Já os momentos coletivos têm por objetivo identificar as dificuldades que são comuns a todos educadores e por outro lado a socialização de atividades significativas. **Isabelita, ex-coordenadora pedagógica, pedagoga** (SILVA, 2015.p. 70).

Estes encontros eram agendados e realizados na medida em que as necessidades iam aparecendo, para esta finalidade o professor contactava com a equipe, é assim que aponta vários depoimentos no livro de Silva denotando a eficácia deste método, deste modo, destaca que a docência, sob esta perspectiva, não concebe apenas o trabalho isolado do professor, mas a troca de ideias e interatividades na ação pedagógica e profissional do educador.

As oficinas pedagógicas foi um subterfúgio para desenvolver o trabalho em grupo e melhorar os processos que o educador expressava dificuldades, desta forma, o educando oportunizou de espaços no qual pode contemplar de outras áreas de conhecimento e articular o seu diálogo interdisciplinar com conteúdos sociopolítico, saúde, arte-educação, entre outros. As oficinas são desenvolvidas em todo ano letivo, auxiliando também na formação continuada colaborando para melhor desenvolver o desempenho do educador.

Um dos destaques que Silva (2015) descreve em relação às oficinas e aos enunciados, é “trazer dicas”, “discutir conteúdos”, “ampliar as estratégias”, “aprendizado”, entre outras, estes enunciados foram de grande valia para se desenvolver as práticas educativas no canteiro e na formação de professores da EJA bem como seu aperfeiçoamento, interatividade, socialização de experiências e trabalho coletivo, segundo o autor a forma de construção ocorre de forma individual e grupal, as oficinas pedagógicas é construída com base na realidade concreta dos professores em sala de aula.

O Projeto Zé Peão possibilitou aos educadores transitar por diferentes espaços, perpassando desde eventos e seminários, que proporcionam um olhar direcionado para *práxis*, quanto à perspectiva mais realista dos sindicatos e assembleias, que discutem sobre salários e benefícios.

A visão inicial de alguns educadores em relação ao sindicato era de ambiente de mobilização, reivindicações e formação política, sendo um espaço destinado apenas com essas finalidades, no entanto, percebe-se que o sindicato é um lugar de formação no qual os

educadores aprendem sobre os direitos dos operários e também conhecem a organização, bem como, o funcionamento deste ambiente.

As reuniões pedagógicas e os encontros semestrais de avaliações objetivam identificar as dificuldades sentidas nas práticas pedagógicas para serem refletidas e apontar possíveis encaminhamentos, a fim de que as atividades do projeto sofram mudanças qualitativas em sua prática, em todas as suas instâncias (SILVA Idem, 2015, p. 88).

O PEZP desenvolveu também encontros semestrais e reuniões pedagógicas de avaliações nos quais a equipe aplicava avaliações e os educadores se autoavalia e coloca em pauta as aprendizagens e dificuldades ao longo do trajeto do ano letivo. Esta comitiva e ações que os próprios educadores desenvolveram, com ajuda dos colegas de projeto e coordenação, foram transformadoras, pois proporciona a troca de experiências e práticas educativas.

Diante da explanação do autor, este espaço foi essencial para o desenvolvimento das práticas utilizadas nas salas de aulas e dúvidas dos professores alfabetizadores em relação ao conteúdo, espaço formativo e de orientação, pois o objetivo também do projeto era a formação continuada dos educadores, tendo como alicerce a perspectiva da educação popular, na qual os canteiros de obras possibilita experienciar. Percebemos que as práticas formativas do PEZP são bem elaboradas porque abarcam vários fenômenos educativos e traduzem a perspectiva da educação popular de uma forma dinâmica e real, articulando as disciplinas que são necessárias para a funcionalidade do projeto e as demandas que o mesmo apresenta.

A educação de jovens e adultos exige um comprometimento e uma reflexão por parte da equipe e o projeto Zé peão teve o cuidado de alfabetizar o operário e o educador ser provocado a refletir sobre suas práticas, aprendendo à medida que vão ensinando aos operários.

Para trabalhar com jovens e adultos faz-se necessário compreender acerca da consciência do não-acabamento, conceito freireano, bem como, entender a capacidade que o indivíduo possui de expandir suas possibilidades, todos estes aspectos fazem parte do processo de formação humana.

Algumas competências que o projeto busca desenvolver no educador são: o compromisso político, a didática, a sensibilidade sócio-afetiva e a empatia. Para o autor Silva:

[...] a competência não se restringe apenas ao ato de dominar determinados saberes (linguagem e a matemática) e os procedimentos metodológicos adequados à realidade do aluno da EJA, constitui-se, no entanto, também no ato político de identidade com classe social de seus alunos e a luta política em favor de sua emancipação assim como a sensibilidade enquanto dispositivo capaz de gerar no professor, no contexto de sua profissionalização, a empatia ou a identidade com seus alunos. (SILVA, 2015, p. 93).

Portanto, é necessário que o educador seja humanizado e sensível ao processo que se articulam na sua trajetória, não só o domínio das competências, mas o seu conjunto, tendo em vista a busca por um desenvolvimento maduro, aprofundamento em relação às áreas do conhecimento. No processo de formação os desafios a serem superados são diversos, porém, o Projeto Zé Peão instigou os professores alfabetizadores a ultrapassarem suas dificuldades, transformarem suas realidades, e assim, ir em direção da formação profissional e intelectual.

3.3 Vivência e experiência de ex-educadores do Projeto Zé Peão na Paraíba

Os relatos das experiências dos ex-educadores do Projeto Zé Peão descritos no livro de Silva (2015) são diversos. As vivências explícitas pelos professores alfabetizadores são ricas e demonstram as inquietudes, dúvidas, empatia e responsabilidade, somadas à busca por conhecimento e aprendizagem na perspectiva de tornar-se um profissional diferenciado, entendendo o dever que o educador tem em relação ao indivíduo e a sociedade que está inserido, além de, demonstra o cuidado, empenho, compromisso que cada educador manifesta ao testemunhar o progresso de seus alunos, juntamente com o auxílio promovido pela coordenação do projeto.

Sempre tínhamos um coordenador na sala para o caso de dúvidas ou atendimentos individuais, esse apoio da coordenação era fundamental [...]. Na verdade, todo esse apoio me dava segurança e asas para criar e inovar na sala de aula. “Sentia que não estava só”. **Beatriz, ex-professora alfabetizadora, pedagoga (SILVA, 2015, p. 70).**

É possível perceber a sensibilidade que o projeto tinha com a formação dos professores alfabetizadores, fomentando autonomia em sala de aula. A fala da coordenadora pedagógica Ametista denota a aplicação dos meios no qual o professor participa de maneira ativa: “[...] todos objetivam potencializar os educadores, sobretudo no que tange aos conteúdos, metodologia e a reflexão crítica da prática em EJA numa perspectiva popular” (p.71).

Desta forma, proporciona à formação docente uma experiência ousada que transformará o educador para vivências futuras, agregando em seu currículo. Assim, esse contato contínuo, tríplice, entre educando, coordenadores do projeto, e os alunos operários, pois propicia o aprender ao mesmo tempo em que ensina assim, esta relação só vem a contribuir para uma formação enriquecida.

O PEZP é um projeto de extensão universitária, assim, a vida enquanto educador alfabetizador dos alunos é temporária. O envolvimento dos mesmos em espaços que promovam aprendizagem sobre a EJA numa dimensão mais ampla é importante para a formação profissional do mesmo, bem como para a sua prática no PEZP. nessas vivências o educador do Zé

aprende, ensina e se prepara para o seu futuro profissional. **Ametista, coordenadora pedagógica, graduada em História** (SILVA, 2015. p. 78).

O Projeto Zé Peão está engajado com a aprendizagem e desenvolvimento dos sujeitos que estão nos canteiros de obras, portanto, para o professor alfabetizador que está em processo de formação na universidade, e sai sala de aula com os fundamentos e teorias, é um movimento fantástico no qual assume naquele lugar o papel de participante a ativo, com elementos diversos e aprendizados particulares e coletivos, mobilizando e acrescentar valores inigualáveis a sua formação acadêmica.

4 - CONCLUSÃO

Nesta pesquisa acerca do Projeto Escola Zé Peão percebemos a necessidade de políticas públicas, bem como maior envolvimento por parte de órgãos públicos e da sociedade civil. Em busca de proporcionar uma educação e formação acadêmica democrática, potencializada e aprofundada nas inquietudes, contribuindo no aprimoramento das especificidades do ensino voltado para a população menos abastada.

Desse modo, as indagações feitas no início deste artigo tais como, onde surgiu a ideia do Projeto Escola Zé Peão? Quais as necessidades analisadas e quais dificuldades em implantar o PEZP, no município de João Pessoa? Como foi pensado o Projeto Político-Pedagógico desta “escola”? Quais suas contribuições para os alunos de cursos de licenciaturas da Universidade Federal da Paraíba? Como se dá o ingresso desses alunos dentro do Projeto?.

Os questionamentos, de certa forma nos foram respondidos através de estudos realizados a partir dos documentos oficiais, e da leitura minuciosa do livro “a experiência do Projeto Escola Zé Peão” na formação de professores alfabetizadores para a Educação de Jovens e Adultos, e uma entrevista com o Professor doutor é também coordenador do Projeto Escola Zé Peão, além das leituras realizadas através de teóricos que estudaram essa temática, que respaldam ainda mais o nosso trabalho. Desta forma, a análise mostrou que o Projeto Escola Zé Peão foi de grande relevância não só para os alunos da EJA dos canteiros de obras, como também proporciona aos discentes da Universidade Federal da Paraíba uma formação alicerçada na relação teoria/prática.

O Projeto Escola Zé Peão apresentou diretamente que o ensino/aprendizagem é pensado para atender os alunos em suas peculiaridades, e levar este ensino ao encontro deste alunado. Deste modo, permitindo a desmistificação do ensino para o estudante, em que ele só pode ser aluno se for numa escola dita padrão. Assim sendo, os canteiros de obras tornaram-se

salas de aula onde ocorrem trocas de conhecimentos e ambos participam no processo de ensino.

Dessa maneira, o PEZP têm se mostrado como uma iniciativa bem sucedida dos professores da UFPB, que se dedicam e acreditam na Educação de Jovens e Adultos, de modo a contribuir na redução dos índices de analfabetismo no município, principalmente em tratar-se dos operários da construção civil, que em sua maioria são iletrados e que estão na profissão por não terem oportunidades de estudar na idade adequada.

Por conseguinte, essa parceria entre o sindicato das indústrias da construção civil e o PEZP, proporciona que esses trabalhadores possam desenvolver habilidades de leitura e escrita para que sejam capazes de realizar tarefas com assinar o próprio nome, ler um cartaz exposto no quadro de informações da própria empresa, entre outras especificidades, que até então para eles eram impossíveis realizar.

REFERÊNCIAS

GHIRALDELLI, Paulo. História da Educação. São Paulo. Cortez, 1992. p. 81-134.

HADDAD, Sergio; DI PIERRO, Maria Lara. Escolarização de Jovens e Adultos, Revista Brasileira de Educação, 2000. p. 108 - 128.

Presidência da República. Constituição da República e dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/fed.const/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

SILVA, Eduardo Jorge da. **A experiência do Projeto Escola Zé Peão na formação de professores alfabetizadores para a Educação de Jovens e Adultos** / Eduardo Jorge da Silva. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p. 07-100.

Comunicações verbais

Entrevista cedida pelo **Professor**. Em 05 maio 2017.